UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

NARRATIVAS PÓS-ABOLICIONISTAS: A HISTÓRIA ESCRITA DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS.

ESTER ARAÚJO LIMA DA SILVA

REDENÇÃO – CE
2016

ESTER ARAÚJO LIMA DA SILVA

NARRATIVAS PÓS-ABOLICIONISTAS: A HISTÓRIA ESCRITA DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS.

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, sob a orientação do Profº Drº. Robério Américo do Carmo Souza.

REDENÇÃO – CE,

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Silva, Ester Araújo Lima da.

S578n

Narrativas pós-abolicionistas: a história escrita dos monumentos históricos. / Ester Araújo Lima da Silva. Redenção, 2016.

25 f.: il.; 30 cm.

Projeto de Pesquisado Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidadesdo Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof.Robério Américo do Carmo Souza.
Inclui Referências.

1. Escravidão – Ceará – História. 2. Negros – Ceará - História.I. Título.

CDD 302

ESTER ARAÚJO LIMA DA SILVA

NARRATIVAS PÓS-ABOLICIONISTAS: A HISTÓRIA ESCRITA DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS.

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, sob a orientação do Profº Drº. Robério Américo do Carmo Souza.

APROVADA EM: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profº. Dr. Américo Souza (orientador)

_____

Profº. Dr. Rafael da Cunha Scheffer (examinador)

_____

Profº. Dr. Leandro Proença Lopes (examinador)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....05

TÓPICO 1 - DELIMITAÇÃO DO OBJETO OU DO FENÔMENO A SER INVESTIGADO.....06

TÓPICO 1.1 - PRIMEIROS MONUMENTOS: ISABEL “A REDENTORA” E O OBELISCO.....06

TÓPICO 1.2 - DE “A ESCRAVA” À “NEGRA NUA”: UMA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA ESCRAVIZADA.....13

TÓPICO 1.3 - VICENTE MULATO: O ÚLTIMO CATIVO DA VILA DE ACARAPE.....15

JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO.....18

METODOLOGIA..... 20

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... 21

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO.....25

APRESENTAÇÃO

Em 01 de janeiro de 1883, o atual município de Redenção, antes Vila de Acarape, se destacou no cenário escravocrata brasileiro pelo fato de ter sido a primeira cidade a abolir o sistema escravista, alforriando, portanto, os 116 escravos que ainda permaneciam sob tal regime. Atualmente, 133 anos após este episódio abolicionista, podemos observar em sua estrutura urbana e paisagística alguns elementos que reportam este marco histórico em um cenário pós-abolição e que são elementos cujo objetivam acionar a memória coletiva destes redencionistas.

Diante dessa perspectiva, as autoridades municipais, ainda naquele período, se empenharam a construir monumentos históricos que remontam este momento tão emblemático para a trajetória histórica do município de Redenção e do Estado do Ceará. Desta forma a memória do pioneirismo na abolição da escravidão no Brasil têm ainda hoje uma forte presença no cotidiano da cidade de Redenção por meio de monumentos públicos, como o "Busto da Princesa Isabel", o primeiro a ser construído e que faz homenagem a respectiva princesa pelo ato de ter assinado a Lei Áurea (1888), o monumento "Obelisco" que intenta cravar na história o pioneirismo de Redenção, o "Painel Negra Nua", erguido na entrada da cidade e por fim a estátua do "Escravo Liberto – Vicente Mulato", situado na praça principal da cidade. Ainda como potencializador deste episódio criou-se dois museus principais do município, sendo eles o Museu Memorial da Liberdade que é aberto ao público e o Museu Senzala Negro Liberto (propriedade particular), sendo que ambos têm sob sua salvaguarda objetos que foram utilizados como meios de tortura para com os cativos do período escravista, dentre outros elementos que fazem parte deste panorama pós-abolição.

O presente projeto de pesquisa toma este marco histórico, bem como os monumentos que os representam, como escopo principal para a produção de uma reflexão tanto histórica como historiográfica sobre a construção de uma memória oficial acerca do fim da escravidão na cidade de Redenção, em 1883, e os diálogos com as memórias e as experiências sociais dos atuais moradores da cidade, problematizando esta construção, buscando uma forma de acessar e refletir sobre a memória dos atuais sujeitos históricos desta cidade. Em suma, investigar a construção de uma memória oficial sobre esses acontecimentos e suas repercussões e além disso as percepções no cotidiano presente nesta cidade constitui-se na motivação central desta proposta de pesquisa.

Destarte, a análise dos monumentos históricos é uma ação fundamental para a compreensão da formação de uma sociedade ou até mesmo de uma identidade local, a partir da relação que ela estabelece com seu passado. Os monumentos que celebram a abolição da escravatura em Redenção – CE, não foram erguidos ao acaso, mas por uma razão específica, cujo apresentaremos nos próximos encaminhamentos.

1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO OU DO FENÔMENO A SER INVESTIGADO

Esse projeto elege como objeto de pesquisa quatro monumentos públicos da cidade de Redenção-CE e suas contribuições para a construção de uma memória oficial da abolição da escravidão. Os monumentos são: o Busto da Princesa Isabel, Obelisco, Painel Negra Nua e a Estátua do Vicente Mulato, que por sua vez fazem parte do cenário pós-abolição do município de Redenção. Com o propósito de melhor delimitar o que este projeto se propõe a investigar, segue uma breve descrição analítica dos já mencionados monumentos.

1.1. PRIMEIROS MONUMENTOS: ISABEL "A REDENTORA" E O OBELISCO

Em 1932, acontecia os preparativos para a festa do cinquentenário da abolição da escravatura no município de Redenção - CE. Nesta perspectiva, em 01 de janeiro de 1933 completaria 50 anos que o município havia libertado seus cativos. Nestas circunstâncias, o pároco João Saraiva Leão, utilizando-se de sua persuasão e influência enquanto clérigo, apresentou uma ideia a população redencionista acerca da importância de se relembrar o ato da libertação destes cativos, e a partir disso construir um busto que reportaria a imagem de Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, filha de D. Pedro II, popularmente conhecida como Princesa Isabel ou simplesmente "a Redentora", que entre seus principais feitos está a promoção da abolição da escravidão no incurso de sua terceira e última regência, culminando com a Lei Áurea em 1888.

A Princesa Isabel, tornou-se um ícone durante o governo imperial por ter conduzido duas principais leis. A primeira delas foi em 28 de setembro de 1871, conhecida como a *Lei do Ventre Livre*, que permitia aos filhos de mulheres em situação escrava, que nascessem a partir daquela data, de estarem livres, porém, permaneceriam sob domínio dos senhores até completarem 21 anos de idade. A promulgação desta lei, segundo os emancipacionistas, objetivava "apaziguar os ânimos dos abolicionistas, resguardar os

interesses dos senhores, concedendo indenização no tocante a perda de sua propriedade, como também realizar uma política abolicionista legalizada, lenta e gradual" (CAXILÉ, 2005, p.57). A *Lei do Ventre Livre* não aboliu a escravidão, contudo, permitiu gradativamente que o processo escravista tivesse seu rumo redimensionado a partir da interrupção de sua finalidade lucrativa, visto que agora ao invés de serem vendidos estes cativos passaram a ser tratados pelo viés da servidão.

Já a segunda, a *Lei Áurea,* foi decretada em 13 de maio de 1888 e tinha o intuito de extinguir totalmente a escravidão. Conforme nos descreve a edição comemorativa dos 120 anos da Lei Áurea publicada no Jornal do Senado, pois

> Desde a tarde de ontem, dia 13, está extinto em todo o Brasil o trabalho escravo, prática das mais cruéis e condenáveis que foi permitida legalmente no país por mais de 300 anos. Menos de três horas depois da aprovação do projeto pelo Senado do Império, a Princesa Regente Dona Isabel, com uma pena de ouro ofertada pelo povo, sancionava em solenidade no Paço da Cidade a já chamada Lei Áurea. (JORNAL DO SENADO, 2009, p.03)

Para além destes marcos historiográficos e dos debates que giram em torno deste episódio da abolição da escravidão no Brasil, ocorreu no Ceará a publicação do folheto IN-MEMORIAM, que por sua vez era uma publicação que reunia artigos, cartas, discursos e notícias da impressa sobre esta temática. Neste folheto está descrito detalhadamente os principais fatos ocorridos no dia da inauguração do busto, que deu-se em 1º de janeiro de 1933, bem como dos preparativos da festa e a mobilização de seus idealizados.

Assim, dando continuidade à ideia apresentada anteriormente pelo padre Saraiva Leão – assim como é popularmente conhecido – contratou-se Jacinto de Souza, um escultor cearense e natural do município de Quixadá, para executar a construção do busto. Vale ressaltar que foram os próprios redencionistas que financiaram todo o procedimento de edificação do monumento e tal atitude partiu ideologicamente do vigário e que segundo ele o busto "há de ser, não há de negar, uma idealização de justiça" (IN-MEMORIAM, 1932, p. 07). Com base em suas palavras, constatamos que o vigário buscava "cristalizar" a imagem da Princesa Isabel enquanto "Redentora", pelo fato de ter promulgado a Lei Áurea, considerando que não seria nada mais justo efetivar a construção de um monumento que reportasse a este episódio.

Contudo, houveram divergências de pensamentos a respeito da edificação da escultura, explicitamente elencado por meio do confronto entre dois jornais: "*Correio do Ceará*" e o "*O Nordeste*". Neles aparecem publicações de artigos a respeito desta cerimônia. Segundo Da Silva e Russo (2004), em seu livro "Redenção: Palco dos primeiros abolicionistas do Brasil, Berço da Educadora dos redencionistas", o embate se iniciou a partir da publicação de um artigo na coluna do jornal "*Correio do Ceará*", onde o Sr. Carlos (Carlito) Cavalcanti, manifestou sua opinião contra a edificação do busto, afirmando que Isabel não teve envolvimento algum com a libertação da escravatura, sendo assim "com má inconcebível, nega a articulista o que há de mais palpável no artigo "Redenção e o monumento à Redentora" (DA SILVA; RUSSO, 2004, p. 51). Já o jornal "*O Nordeste"*, reportou o assunto sobre a edificação do monumento da Princesa Isabel, salientando que este seria construído e financiado pela população redencionista e que a escultura representaria respeito e reconhecimento e assim "um grito, vibrante de generosidade e de amor, repercutiu, triunfante por todo o Estado" (IN-MEMORIAM, 1932, p.07).

Conforme o folheto IN-MEMORIAN (1932), o Padre J. Saraiva Leão escreveu cartas convocando a população redencionista, para que comparecessem ao evento em homenagem "A Redentora". E além disso, enviou ainda cartas para os representantes da imprensa e em especial aos descendentes de Isabel dentre eles destaca-se o D. Pedro de Alcântara (filho primogênito da Princesa Isabel e do Conde d'Eu), D. Pedro Henriques (neto de Isabel) e Conde de S. Miguel (não encontramos referências a seu respeito). Conforme nos mostra abaixo a transcrição de uma dessas cartas presente no folheto IN-MEMORIAN (1932, p. 12-13) e que fora enviada ao primogênito da Princesa.

> Excelentíssimo Senhor D. Pedro de Alcântara,
> Deus guarde Vossa Alteza.
> Com grande satisfação, venho comunicar a Vossa Alt. um acontecimento prestes a realizar-se, cuja significação toca, bem perto, a V.A. Em comemoração ao 1º cinquentenário da libertação dos escravos, do município de Redenção –, o primeiro de todo o Brasil! – as autoridades locais resolveram abrilhantar as solenidades dêsse dia, com a erecção de um obelisco comemorativo do grande feito, em uma das praças da cidade. No mesmo dia, 1º de janeiro de 1933, por iniciativa do vigário, signatário da presente, será solenemente inaugurado o busto da Princesa Isabel, a Redentora, como digna homenagem dos filhos de Redenção e um prefeito de gratidão a memória inolvidável da grande brasileira! Conscio de que esta notícia ha de alegrar V.A., tenho-me por desincumbido do encargo de dar-lha. Rogando a Deus pelo bem-estar e prosperidade de V.A., tenho a honrar de ser,

Humilde servo em J.C.
Padre João Saraiva Leão
Vigário de Redenção

Redenção, 12 de 12/932

Todavia não se sabe ao certo se alguém da linhagem real compareceu à solenidade ou se foi uma maneira de repercutir o evento naquela época. Para além disto, já estando no andamento da cerimônia de inauguração do busto da Princesa Isabel, o Sr. José Fernandes, um "preparatoriano", ou seja, um estudante que estava sendo um dos oradores daquela noite, proferiu um discurso onde agradeceu em público a postura do padre João Saraiva Leão, por ter tido a ideia de construir um marco celebrativo do cinquentenário da abolição, em tributo a filha de D. Pedro II.

> Padre João Saraiva, nosso digníssimo Vigário, embalava a risonha esperança de erigir nesta cidade de Redenção, um monumento, qualquer que fosse, como tributo de admiração e penhor de seu alto reconhecimento à excelsa Princesa Isabel – a Redentora. Não pela influência que houvesse tido na libertação dos escravos deste município, pois que aí está a História a nos dizer que nenhuma ligação houve entre a sua pessôa e o caso em apreço, mas como uma homenagem respeitosa e agradecida, pelo magno gesto que extinguiu o cativeiro em todo o Brasil- sancionamento da lei áurea, de 13 de maio de 1888. (IN-MEMORIAM, 1932, p. 15-16)

Destarte, ainda em seu discurso, José Fernandes esclarece que surgiria novas construções além do Busto, sendo, portanto, a construção de um Obelisco que será apontado mais adiante. Todavia, ele especifica que não seria uma espécie de junção dos dois momentos, mas uma consagração de afeto e admiração que lhes consagrariam enquanto redencionista.

Analisando algumas fotos antigas do Busto da Princesa Isabel, constatamos que houveram mudanças quanto ao local original de sua construção. Na figura a seguir, identificamos, originalmente, que o busto da Princesa Isabel se localizava em frente à Igreja Matriz de Redenção e que na sua frente há o prédio que hoje é a Escola de Ensino Médio que homenageia o Padre Saraiva Leão. Tais fotos nos mostraram que ocorreram algumas alterações, visto que agora o monumento encontra-se na sua localização atual, não mais em frente à Igreja, mas, ao seu lado direito e ainda é possível detectar que sua base de sustentação foi refeita devido a sua retirada anteriormente. Constatamos também tal mudança de localização a partir de uma análise bibliográfica do livro Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, que aborda temáticas diversas desde clima, relevo até

monumentos, política etc., e que em sua 23ª edição comemorativa de aniversário (29 de maio de 1959) abordou especificidades do município de Redenção – CE. Durante as análises deste documento, identificamos ainda que havia sido implantada uma fonte ao redor do monumento referido e a sua retirada fora ocasionada por motivo de saúde pública, porém, não se sabe ao certo o que de fato ocorreu, e está é uma das questões que será melhor explanada com o trabalho de campo, posteriormente.

Figura 1. **Etapas do processo de mudança quanto a localização do monumento representativo do Busto da Princesa Isabel. Da esquerda para a direita temos o monumento original localizado na frente da Igreja Matriz, na segunda foto temos a mudança de localização para onde o monumento se encontra nos dias atuais e a última foto temos o monumento nos dias atuais. Acervo: Geysa Moura.**

Conforme nos apontou José Fernandes, em seu discurso na inauguração do busto, seria construído um outro monumento que maximizaria o orgulho e admiração pelo fato de terem sido consagrados enquanto "redencionistas". E de fato isso ocorreu, a partir da construção de um Obelisco, todavia, é necessário compreender o sentido/significados de se construir tal monumento, como veremos a seguir.

Com efeito, a pesquisadora Márcia Raquel de Brito Saraiva em seu artigo intitulado *"Os obeliscos e suas escrituras"*, faz uma breve introdução sobre o processo de construção e edificação dos obeliscos, principalmente durante as civilizações egípcias, sempre apontando para os reis, rituais e a forma como essas estruturas apresentavam

durabilidade, solidez e beleza. Os egípcios desenvolveram uma escrita especifica conhecida como hieróglifo, em que apenas escribas, sacerdotes e membros da realeza tinham a acesso tanto a escrita como a interpretação de seus símbolos. Nesta perspectiva, os obeliscos surgem inicialmente durante a antiguidade egípcia, onde eram construídos com blocos monolíticos, ou seja, com uma única pedra e que carregava consigo um caráter mitológico, pois era "a representação do primeiro raio de sol que desceu pela terra, fazendo a ligação entre o mundo celeste e o mundo dos homens" (SARAIVA, S/D, p. 03).

Ainda é importante frisar que existiam escrituras esculpidas nos obeliscos e que contavam a história de vida e as glórias daqueles que foram responsáveis por sua construção, imortalizando-os na história, pelo fato de terem para sempre seus nomes cravados naquela pedra. Sendo assim, o Obelisco na antiguidade egípcia tinha também o papel de representar a adoração ao Deus Sol e hoje é utilizado como marco representativo para acionar a "memória coletiva de um determinado grupo" (SARAIVA, S/D, p. 13).

Diante deste panorama, a representação da memória coletiva dos redencionistas, via Obelisco, se inicia ainda no incurso da gestão do prefeito Zacarias Odmar de Oliveira Castro (1930-1934) no qual foi enviada uma carta no dia 29 de dezembro de 1932 para o interventor do Estado do Ceará, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, ressaltando a importância da liberação de uma determinada quantia em dinheiro para a comemoração do cinquentenário da abolição da escravatura. Data esta que estava bem próxima, pois seria no dia 1º de janeiro de 1933 e para tal comemoração planejou-se a construção de um Obelisco que em sua base ficaria gravado no cimento e no mármore o quão foi importante esta data para a construção histórica do município.

> Naquela ocasião será inaugurado como marco histórico, um majestoso Obelisco de 15 metros de altura, construído de cimento armado, e, como todos se cotizam para a excrição desse monumento e brilhantismo da festa, parece-me que municipalidade de redenção não deve ficar indiferente ao cívico movimento. (LIVRO DO ANO, 1928-1945, p. 44)

Por ser um pedido bastante excêntrico para aquele período, foi necessário solicitar em nome da população redencionista que o interventor federal autorizasse a abertura dos cofres públicos da prefeitura municipal de Redenção. Desta forma, a construção do Obelisco objetivava ser um marco para a cidade, não somente funcionando enquanto um objeto simbólico que seria exposto em praça pública, como também um conector com a história fazendo com que as gerações futuras tivessem acesso a este momento de civismo,

outrora imortalizado no cimento e no mármore. Entretanto, recebeu-se a seguinte resposta do administrador: “informo a V. Excia; que a importância a ser arbitrada não deve ser maior que quinhentos mil reis (500,000), pois existem em cofre somente quatro contos e oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta e um reis 4:082$551, sujeitos as despesas de algumas verbas orçamentárias. (LIVRO DO ANO, 1928-1945, p. 45)

Após o interventor federal ter liberado o respectivo numerário, o desembargador Olívio Câmara e o prefeito de Redenção abrem crédito autorizando a liberação da quantia de quinhentos mil réis necessárias para a construção do Obelisco. Enquanto isso, a população em forma de agradecimento a este feito deveria participar da festa cívica que seria comemorada no dia da inauguração de seu cinquentenário pós-abolicionista. Assim “abro o credito especial da quantia de 500$000, para auxilio da comemoração 50º aniversário da libertação dos escravos, neste município” (ACTA DO LIVRO DE ATAS 1947, decreto nº 37, 29 de dezembro de 1932, p. 53).

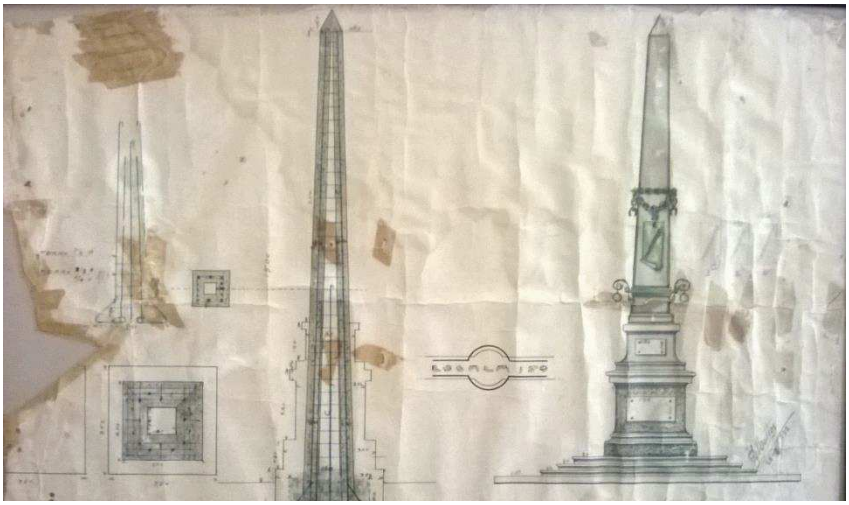

Figura 2. Planta oficial do Obelisco. Não há menção quanto ao seu projetista. Arquivo do Museu Memorial da Liberdade.

Figura 3. A foto a esquerda foi registrada no dia da inauguração em 1933. Já a imagem ao lado mostra o monumento nos dias atuais, incluindo a revitalização da praça em seu entorno. Acervo: Geysa Moura.

Desde então este monumento se localiza na atual rua Joaquim José da Silva, no centro da cidade. Este marco celebrativo possui um formato pontiagudo e ao seu redor foi construída uma praça pública que atualmente carrega seu nome e que além disto serve como orientação e/ou ponto de referência para o deslocamento na própria cidade. Além deste dois, há ainda a representação de um outro monumento logo na entrada do município de Redenção, é o painel Negra Nua.

1.2. DE "A ESCRAVA" À "NEGRA NUA": UMA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA ESCRAVIZADA.

Este monumento foi construído e inaugurado em 28 de dezembro de 1968 na gestão do prefeito Dr. José Alberto Mendonça e Souza e tinha como escopo principal exaltar o centenário de emancipação política entre os municípios de Baturité e Redenção. Com base nos documentos analisados, sendo eles o livro "Descobrindo e Construindo Redenção" e a "Biografia de Eduardo Pamplona" de Roberto Galvão, encontramos algumas inconsistências em relação as datas e informações, já que a abolição foi em 1883 e a inauguração do monumento em 1968, sendo assim, daria uma média de 85 anos e não de um centenário pós-abolição.

Naquela mesma época o artista plástico, escultor etc., Eduardo Pamplona transmitiu através de sua arte, cujo foi edificada com tijolos de ladrilhos, a obra "A Escrava", cuja feição busca representar simbolicamente a figura da mulher negra na sociedade escravista e que durante este período era abusada sexualmente e tratada como um objeto de pouco valor representativo. Portanto, a sua representação enquanto uma mulher negra e acorrentada buscava fazer menção ao ato de liberdade e extinção do sistema escravista que predominou neste município. Dentro deste mesmo intervalo de tempo, Eduardo Pamplona e o também artista plástico Aldemir Martins, nascido em 1922 em Ingazeiras no Vale do Cariri, dialogaram sobre o projeto e execução deste monumento e decidiram que seria o próprio Eduardo o idealizador do monumento. Por se tratar de uma obra que buscava simbolizar o abolicionismo ela recebeu o nome de "A Escrava", contudo, a população redencionista atribui-lhe uma nova alcunha que se perpetua nos dias atuais.

> Ele foi construído pelo artista plástico Eduardo Pamplona. Na época, ele trocou ideias com o artista Aldemir Martins sobre a obra. Mas foi Eduardo Pamplona que idealizou o monumento que é o símbolo da abolição dos escravos em Redenção. **O título que o autor deu à obra foi A Escrava, mas o povo de Redenção batizou-a com outro nome: Negra Nua. Assim ficou, porque é assim que ela é conhecida por todos.** (BARBOSA, 2011, p. 134, grifo meu)

Sendo assim Eduardo Pamplona após ter aperfeiçoado suas técnicas com cerâmica, realizou a construção da sua primeira obra "A Escrava" que simboliza o fim da escravatura do município de Redenção-CE, usando até então técnicas consideradas inovadoras e inaugurando-a no ano de 1968. A partir deste trabalho não foi difícil que houvesse sua participação em outros, destacam-se a fotografia do ex-governador Adauto Bezerra, no município de Guaramiranga, os dois altares laterais da Igreja de Cristo Rei e a fachada da igreja do Coração de Jesus em Fortaleza.

Figura 2. Painel Negra Nua antes e depois. Acervo: Geysa Moura.

Dentre os monumentos citados, incluindo o "Vicente Mulato" que será abordado a seguir, o Painel Negra Nua juntamente com o Obelisco são os monumentos que mais ganham destaque dentro do município, por uma razão óbvia: estão localizados em locais de intensa movimentação; o primeiro se situa na entrada da cidade, especificamente em frente a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

e se torna um ponto de encontro dos alunos e também de moradores que realizam atividades físicas ao redor do respectivo painel; já o segundo está no centro da cidade e após sua revitalização ganhou maior visibilidade que inclui a realização de eventos das mais diversas naturezas.

1.3. VICENTE MULATO: O ÚLTIMO CATIVO DA VILA DE ACARAPE.

A câmara municipal de Redenção foi construída em 27 de agosto de 1871. Nela temos como presidente o Coronel Simeão Telles de Meneses Jurumenha, um senhor bastante conhecido nas narrativas orais por ter sido, primeiramente, o proprietário do Sítio Livramento e senhor do escravo Vicente, último cativo da vila de Acarape.

Em 08 de julho de 1881, na residência do Coronel Simeão, foi negociado o escravo Vicente Mulato que pertencia a João Capistrano Pereira. É importante ressaltar, que a sobrenome "Mulato" é um codinome referente a sua cor e não faz parte de seu nome original. Consequentemente, foi assim que ficou conhecido até os dias atuais, por haver uma espécie de junção com suas características, sendo conhecido assim como "Vicente Mulato". O documento presente no Museu da Liberdade aponta que o Vicente tinha 48 anos de idade, casado com uma mulher livre da província do Ceará.

> Escriptura publica de venda e compra de escravos que fazem como vendedor João Capistrano Pereira e como comprador Simião Telles de menezes Jurumenha do escravo Vicente, Mulato de quarenta e oito anos de idade cazado com mulher livre desta província pela quantia de um conto réis de que fragou os direitos nacionais. [...] (LIVRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS, 1874, p. 33)

Tal fato contou com a presença de algumas testemunhas que foram selecionadas pelo próprio senhor, a fim de que presenciassem o processo de compra e venda do cativo. Se faziam presentes as seguintes autoridades: Antonio Brígido que exercia a função de tabelião naquela época e Manoel Fernandes de Araújo, procurador representativo de João Capistrano Pereira. Toda tramitação de compra/venda de Vicente aconteceu diante de Dona Felícia Angélica do Nascimento, e que entre linhas surge ao decorrer da análise desta história como se Vicente Mulato tivesse pertencido a ela, depois a João Capistrano Pereira e naquele dia estava sendo revendido novamente para outro senhor de escravos, neste caso o Simeão Telles de Menezes Jurumenha.

> [...] na caza da residencia de Simião Telles de Menezes Jurumenha onde fui vindo eu tabellião a seu chamado a lei preszentes partes junto contractadas estimulantes e aceitantes a saber: de uma como vendedor João Capistrano Pereira residente no termo de Baturite representado por ser bastante procurador Manoel Fernandes de Araujo. [...] a qual o escravo horas a fim compra feita aos indícios de Dona Felícia Angelica do Nascimento e estando livre de embargo, familiar de seguinte e outros qualquer ano como achares ou sem eles vende como de fato vendido tenha o mesmo comprador Simião Telles de Menezes Jurumenha pelo preço e quantia de um conto de reis, no valor recebido em moedas correntes e legal de que declara plena quitação de paga para jamais lhe ser repetida [...] (LIVRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS, 1874, p. 34)

Toda a ação ocorreu no município de Acarape que outrora chamava-se Calla Bocca e foi registrado por Antonio Brígido para que em futuro longínquo não houvessem problemáticas acerca do valor pago, não havendo assim a necessidade de repeti-lo uma vez mais. Manoel Fernandes Araujo, testemunhou o pagamento da quantia de 1$000,000 (um conto de réis) negociado pelo escravo e forneceu seus dados pessoais, todavia na citação abaixo houve um pequeno equívoco escrito no próprio documento em relação a idade do escravo, mas que ao decorrer da transcrição nota-se que a idade corresponde a mesma, ou seja, 48 anos.

> [...] pelo procurador do vendedor foi dito que um constituinte era senhor e possuidor do escravo Vicente, Mulato de quarenta e nove anos cazado com mulher com filhos, natural desta província, matriculado na collequituria geral do Aquiraz em vinte e quatro de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, sob numero de ordem na matricula geral duzentos e treze da relação do numero dois [...] (LIVRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS, 1874, p. 35)

Tal acontecimento foi registrado em cartório no dia 14 de dezembro de 1880 pelo tabelião Henrique Pinheiro Teixeira, assinado pelas testemunhas Manoel Fernandes de Araujo função de procurador, o senhor Simeão Telles de Menezes Jurumenha, Zacarias de Oliveira Castro e Vicente Souza de Oliveira, tudo redigido e selado em forma de ata para que não houvesse questionamentos acerca da venda.

Conforme elenca Da Silva e Russo (2004), que no local onde a estátua do Vicente Mulato se encontra – na praça da Princesa Isabel que anteriormente era conhecida como Joaquim Távora – aconteciam leilões de venda de escravos onde vinham senhores de

todas as partes da cidade. Sendo que nesta praça existiam algumas tamarindeiras que após caírem, devido serem centenárias, cortaram-se os galhos deixando somente o tronco para representar o local das vendas. Com o passar dos anos houve então a construção deste monumento representado pela imagem do Vicente que por sua vez substituiu o tronco da tamarindeira.

> A praça da Matriz era o local onde acontecia a feira de escravos. Os senhores aproveitavam o sábado para negociar os desditos: trocar, vender ou comprar. [...] existiam três tamarindeiros em frente à praça, onde os escravos rebeldes eram amarrados e expostos ao sacrifício público. Qualquer cidadão poderia surrar um negro que demonstrasse estar contra as regras da escravidão. (DA SILVA; RUSSO, 2004, p. 46)

Nos dias atuais a estátua supracitada encontra-se na mesma praça construída no ano de 2008, na gestão de Francisca Torres Bezerra, idealizado por Dr. Paulo Pereira Viana e esculpido por Francisco Mendes Necreto, conhecido como Bob, pintor e escultor residente no Distrito de Antônio Diogo - Redenção. É importante ressaltarmos que o estado de conservação em que se encontra este monumento é bastante precário. Sua base de sustentação está quebrada, seus dedos também, sua pintura está disforme devido as intempéries e dentre outros condicionantes. Conforme observamos na figura abaixo:

Figura 3. Registro do monumento em 2011, em um bom estado de conservação. Já a direita temos o registro feito em 2016 apresentando grandes sinais de deterioração. Arquivo do Museu Memorial da Liberdade e pessoal, respectivamente.

Assim o que aqui se consolida como objeto a ser investigado é a ação do poder público de projetar uma narrativa imagética da abolição da escravidão em Redenção e como ela contribuiu e ainda contribui para construção e difusão de uma memória oficial

para a cidade. No tópico que segue, serão apresentadas as justificativas para o estudo deste objeto, bem como a problematização que o gerou e o movimenta.

JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO

Um dos meios frequentemente utilizados para marcar um episódio importante da história de um povo é a construção de monumentos que celebram acontecimentos entendidos como importantes para a história do lugar. Nomeados de "monumentos históricos" estas estruturas assumem formas diversas, como bustos, estátuas, obeliscos, memoriais, dentre outros. Portanto, como ressaltado, tais edificações não se dão apenas como algo de natureza paisagística, eles apontam para um contexto histórico/social que marca o sentimento de coletividade dos sujeitos que estão em sua volta, constituindo-se como patrimônio histórico-cultural, que tem um papel simbólico e pedagógico voltado para o futuro e que, portanto, precisa ser preservado.

A preservação patrimonial prevê que os indivíduos fazem parte de uma coletividade no âmbito social, em que é preciso garantir às gerações futuras os direitos de acesso à memória do passado que o patrimônio significa. Para tanto, é necessário que haja uma política de preservação dos monumentos no presente, transmitindo assim, "às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras". (GHIRARDELLO, et al, 2008, p. 15)

No município de Redenção – CE, a execução de monumentos históricos está intrinsecamente relacionado com o episódio do pioneirismo da cidade na abolição da escravidão, ocorrida em 01 de janeiro de 1883. É a partir deste episódio que surge uma "sociedade redentora", cujo seus membros recebem a alcunha de "redencionistas". Esta é uma cidade que se orgulha pelo pioneirismo na libertação de seus cativos, anterior a promulgação da Lei Áurea (1888). Portanto, a execução dos projetos monumentais aqui construídos objetivam imortalizar na história cearense e na memória dos redencionistas o acontecimento que foi construído como mito etiológico da cidade, ou seja, como aquela narrativa que explica e justifica a sua origem, no caso a abolição da escravidão.

Estes monumentos refletem, quase sempre, o protagonismo da elite branca como a "Redentora". É sintomático disso, o fato de que o primeiro monumento construído nesta cidade seja o Busto da Princesa Isabel, signatária da Lei Áurea. Contudo, foi a elite branca

“esclarecida” e “humanista” o único segmento a esforçar-se para a abolição do sistema escravista? Porventura, os negros escravizados não lutaram por seu processo de libertação? Neste âmbito, onde está o fio condutor que nos leva a refletir a participação negra, tanto nacional como local neste pleito?

Seguindo esta linha de raciocínio, este projeto se propõe a analisar a memória oficial da abolição da escravidão em Redenção, construída e difundida por meio dos monumentos históricos aqui abordados. Por isso que é de crucial importância abordar tais monumentos, pois estes são uma verdadeira ponte entre o passado e o presente desta cidade. Entretanto, nem sempre para os residentes deste município tais monumentos transmitem essa corrente imagética e a representatividade deste período, e é neste âmbito que nossas problematizações surgem.

Como estes monumentos dialogam com a memória coletiva da população redencionista quanto ao marco da abolição? Que narrativa da história da cidade estes monumentos pretendem difundir e preservar? E até que ponto estes monumentos têm ganhado visibilidade pela própria população? Há, portanto, uma invisibilização destes monumentos e consequentemente da memória abolicionista?

Para se alcançar respostas quanto a estes questionamentos é necessário investigar junto à população redencionista o que estes monumentos representam na atualidade, e é a partir de então que nossa investigação ganhará corpo, a partir da busca por respostas sobre as problemáticas levantadas logo acima. Essa série de questionamentos serão explanadas de uma melhor forma a partir de uma análise de campo com a população redencionista.

Sendo assim, a importância desta memória da abolição é o papel básico que justifica como objeto de estudo os monumentos históricos escopo deste projeto. Adiante, será apresentada a metodologia que fez parte do levantamento bibliográfico deste trabalho bem como sua execução.

METODOLOGIA

Para levar a bom termo a proposição de estudo contido neste projeto de pesquisa, apresento a seguinte proposta metodológica, a qual não se constitui em solução pronta e definitiva, sendo passível de modificações ao longo do desenvolvimento das atividades de investigação e análise de fontes, das leituras temáticas e teórico-metodológicas a serem realizadas ao longo da continuidade da pesquisa.

Nesta proposta elencamos as principais fontes de pesquisa que serão posteriormente nosso objeto de estudo, bem como as metodologias que serão empregues no tratamento das mesmas, com vista a instrumentalizá-las e assim construir um conhecimento histórico pautado em uma pesquisa sólida e em uma abordagem teórico-metodológica consistente a partir de percepções de uma História Social, priorizando uma reflexão voltada para a experiência cotidiana dos atores sociais que, de alguma maneira, dialogam com a construção, preservação e difusão de uma memória oficial do pioneirismo da cidade de Redenção, na abolição da escravidão em 1883.

1- Levantamento, catalogação, descrição e análise dos monumentos Busto da Princesa Isabel e Obelisco com o objetivo de compreender como eles contribuem para a construção e preservação de uma memória elitista da abolição da escravidão.

2- Levantamento, catalogação, descrição e análise dos monumentos Negra Nua e Estátua do Vicente mulato com o objetivo de elaborar uma compreensão histórica da imagem construída do negro escravizado como agente passivo da abolição.

3- Realização de entrevistas com o emprego da metodologia da história oral, com o objetivo de produzir fontes orais que permitam uma análise da memória social e da relação dos atuais moradores da cidade com seu patrimônio histórico.

4- Realização de uma revisão bibliográfica complementar que alicerçará teórico-metodologicamente a pesquisa, possibilitando o seu aprofundamento e o bom cumprimento das ações práticas supracitadas.

Para fundamentar este projeto selecionamos um tripé teórico fundamental para a compreensão dos principais elementos que guiam nossa discussão. Para isso seguimos com uma apresentação básica da revisão bibliográfica que conduz o desenvolvimento deste projeto.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Algumas obras tiveram um papel fundamental no estudo que conduziu o desenvolvimento deste projeto. Este tópico é dedicado a uma breve apresentação e discussão das leituras destas obras.

A primeira obra é de autoria de Pedro Paulo Abreu Funari e Sandra de Cássia Araújo Pelegrini em seu livro "Patrimônio histórico e cultural", que por sua vez abordam as questões ligadas ao patrimônio tanto histórico como cultural em um contexto mundial e local (Brasil). Nesta perspectiva, os autores elencam duas principais discussões para se entender o escopo deste trabalho, sendo eles o patrimônio material/imaterial, individual/coletivo, dentre outros.

Portanto, para Funari e Pelegrini (2009), o patrimônio está relacionado aos bens acumulados e que serão transmitidos a um herdeiro, e neste caso são patrimônios de cunho material, a exemplo de uma casa ou algo de valor monetário ou ainda bens materiais que não se enquadram nestes aspectos, porém possuem um valor emocional para o indivíduo, como por exemplo uma foto ou mesmo uma imagem religiosa. Além da categoria material, há o patrimônio imaterial que por sua vez pode ir desde conhecimentos adquiridos até lições de vida que nos foram deixados.

Sendo assim, os exemplos supracitados são enquadrados na categoria dos patrimônios individuais. Contudo, há também o patrimônio coletivo que não depende exclusivamente da participação de um único indivíduo e o é construído, como o próprio conceito sugere, coletivamente. Mas há neste âmbito uma problemática, pois o patrimônio coletivo está passivo de múltiplos pontos de vista e interesses e que por fim aquilo que pode ser considerado como patrimônio para um, não o pode ser para o outro. E é nesta relação que os autores traçam uma linha do tempo objetivando analisar a trajetória histórica do patrimônio. Não nos cabe aqui adentrar tão densamente sobre este debate, principalmente por que essa trajetória remonta à antiguidade até alcançar as discussões atuais, portanto, traremos aquilo que há de mais próximo para este instrumento.

Nesta perspectiva, segundo Funari e Pelegrini (2009) é possível inferir que o ápice da discussão patrimonial é nos anos 70, pois é realizada a "primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural [...] pela conferência geral da Unesco em 1972" (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 25). Foi nesta convenção, composta por mais de 150

países, que o patrimônio da humanidade foi estabelecido, sendo, portanto, os monumentos (obras arquitetônicas, esculturas, vestígios arqueológicos etc.), conjuntos (grupos de construções), sítios (obras humanas e naturais de valor histórico), monumentos naturais, formações geológicas e sítios naturais, por possuírem valor cientifico ou beleza natural. (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Portanto, as práticas de preservação destes patrimônios estão em sintonia tanto com as políticas que regem a sua proteção, como também "o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social" (FUNARI, PELEGRINI, 2009, p. 57). Ora, estes bens históricos e sociais são suportes tanto da memória como para a compreensão histórica. Assim, memória e história caminham juntas para a (re)construção de um passado histórico, e é esta junção, em alguns casos, que acionam uma identidade. Porém, nos sobrevêm um questionamento sobre a relação entre a memória (neste caso social), a história e a preservação destes patrimônios e é por isso que para prosseguirmos com este debate, trazemos à tona as ideias de um outro autor crucial para este trabalho, sendo, portanto, Pierre Nora em seu artigo "*Entre Memória e História: a problemática dos lugares*".

Segundo Nora (1984) a memória é a própria vida, aberta a um processo dicotômico que oscila entre a lembrança e o esquecimento. Já a história é a (re)construção "problemática e incompleta" daquilo que já não existe mais. Portanto, uma sociedade possui determinados lugares onde a sua memória busca permanecer sempre viva no intuito de apontar uma trajetória especifica desta sociedade. Sendo assim, a história quer ser memória na medida em que esta é intermediária entre o passado e presente fazendo ainda uma crítica a memória, isto é, a memória não é apenas uma lembrança, mas uma dinâmica do que deve ser lembrado e/ou esquecido para dar significado a determinados acontecimentos individuais ou coletivos. Este esquecimento não é uma falha da memória, pelo contrário, faz parte deste pleito de entender a sua seletividade e as dificuldades em se lembrar de determinados fatos. Desta maneira o autor nos mostra que é necessário falar de memória objetivando estabelecer um elo entre passado e o presente através desse regresso no tempo. Os debates em torno da memória estão cada vez mais presentes porquê de uma certa forma não nos lembramos dos fatos outrora ocorridos.

História é, portanto, um instrumento de análise e escrita do passado, ou seja, é um registro sobre o passado, considerado um oficio dos historiadores. Diferentemente da

memória a história está interligada a ideia de continuidade e linearidade dos fatos outrora ocorridos a partir de fontes documentais ou até mesmo o desenvolvimento das relações dos acontecimentos. É uma análise e construção de um discurso que se objetiva lançar um desafio para os historiadores que é a criticidade das fontes tidas como verídicas.

Mas como então lembrar de fatos distanciados temporalmente, porém, tão presentes na atualidade? Para isso há o que Nora chama de "lugares de memórias". Mas afinal, em que consiste estes "lugares" tão discutidos por Nora? Para o autor tais lugares de memórias são simplesmente "restos", ou melhor, locais que salvaguardam estes "restos", portanto, "museus, arquivos, cemitérios, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade" (NORA, 1984, p. 13). Assim, estes espaços anteriormente citados, dentre outros, tem como escopo (re)criar um sentimento de que a memória não dá-se espontaneamente, e é por isso que se faz necessário "criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] porque essas operações não são naturais. (NORA, 1984, p.13). No caso do município de Redenção – CE, os lugares de memórias relativos à sua trajetória histórica enquanto pioneira na libertação de seus cativos, tão emblemática para a história brasileira, procura se alicerçar a partir da representatividade monumental que alude à memória social de seus habitantes enquanto "redencionistas".

Que espaços são esses tão representativos para a memória social da população redencionista? Ou melhor, quais são os seus "lugares de memória"? Neste caso, ressaltamos a existência do Busto da Princesa Isabel, o Painel Negra Nua, Estátua Vicente Mulato e por último o Obelisco, que são escopo deste projeto. Portanto, são quatro principais marcos da memória abolicionista do município de Redenção. É importante frisar que um deste "marcos" tem todo um contexto histórico que a autora Márcia Raquel de Brito Saraiva, em seu artigo "*Os obeliscos e suas escrituras"*, nos revela.

Destarte, nos aponta Saraiva, que a construção dos primeiros obeliscos remonta o período das primeiras civilizações, em especial a egípcia. Nesta perspectiva, a construção de obeliscos sai de um contexto local e se expande mundialmente, visto que este é um "suporte da memória" e que aponta fatos ou personagens importantes para a compreensão da história de um povo. No caso de Redenção – CE, a construção de um obelisco estava intimamente ligado a imortalização do marco emblemático do fim da escravidão.

Portanto, este é um sistema simbólico produzido a partir de um sentimento coletivo e que elabora a identidade de uma sociedade, como a redencionista.

Ainda segundo a autora, o obelisco tem a capacidade de preservar a memória e de garantir a sua perpetuação. Na antiguidade a execução de obeliscos estava relacionada com a escrita, por sinal a hieroglífica, pois os obeliscos tinham o objetivo de representar e demarcar as glórias daqueles que solicitavam sua construção, a fim de serem imortalizados na história, principalmente através da escrita que seriam elaboradas no corpo do obelisco. É importante frisar que "o ato de escrever, para os antigos egípcios, significava muito mais que registrar um nome, coisa ou pessoa: significava criá-los" (SARAIVA, s/d, p. 3). E não só isto, a habilidade de escrita era tida como um ensinamento do deus Thot. E aqueles que a praticavam eram considerados como possuidores de atributos divinos (SARAIVA, s/d).

Contudo, em uma perspectiva mais contemporânea, os obeliscos passaram a ser acompanhados com placas feitas a partir de diversos materiais, como bronze, ferro, entre outros, e a partir de então são cravados os escritos representativos a este marco. NO obelisco em questão encontrasse a seguinte inscrição: "*Homenagem a invicta sociedade cearense libertadora, cidade inexpugnável do civismo cearense.* Sendo assim, "a sua existência permite que aquilo que faz menção fique eternizado para relembrar, no futuro, importância e reconhecimento" (SARAIVA, s/d, p. 12). E a autora continua "muito mais que um simples monumento, portanto, ele identifica os seus homenageados, ele é a identidade, a referência" (SARAIVA, s/d, p. 12).

Por fim, a representação do obelisco, e não só ele como também os demais monumentos existentes neste município, tem a finalidade de "preservar o poder de perpetuar a memória coletiva de um determinado grupo" (SARAIVA, s/d, p.13). E sobre esta memória social que este trabalho se debruça e lança questionamentos. Para tanto, os próximos passos só poderão ser analisados com a inserção em campo.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARBOSA, Anna Emília Maciel et al. **Descobrindo e Construindo Redenção.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. 156 p.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **Olhar para além das efemérides:** ser liberto no Ceará. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Programa de Estudos Pós-Graduados, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** 16. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. 565 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 77 p.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico:** como e por que preservar. 3. ed. São Paulo: Canal 6, 2008. 34 p.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. *Projeto história*: História e Cultura, São Paulo, n. 10, 1993.

SARAIVA, Márcia Raquel de Brito. **Os obeliscos e suas escrituras.** [2007]. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ffch/historia/egiptomania/publicacoes/obeliscos2.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

SILVA, Francisco Rodrigues da; RUSSO, Maria Helena. **Redenção:** Palco dos primeiros abolicionistas do Brasil, Berço da Educadora dos redencionistas. Sobral: Uva, 2004. 138p.

ARQUIVOS E FONTES DOCUMENTAIS

ACTA DO LIVRO DE ATAS. 1947. Decreto nº 37, 29 de dezembro de 1932, p. 53. Disponível em: Museu Histórico Memorial da Liberdade.

IN- MEMORIAM. Fortaleza: Typographia Gadêlha, 1932.

JORNAL DO SENADO, Brasília, v. 14, n. 2801/172, 12 mai. 2008. Edição Especial, 12/05/2008.

LIVRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS. 1974. p. 29-30. Disponível em: Museu Histórico Memorial da Liberdade.

LIVRO DO ANO. 1928-1945. Disponível em: Museu Histórico Memorial da Liberdade.